

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO  
DO RIO GRANDE DO NORTE

Palestra em homenagem aos 90 anos do  
nascimento do Presidente JOÃO CAFÉ FILHO

Doação de Enélio Lima Petrovich  
ao Instituto Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Norte. 2003



Biblioteca Enélio Lima Petrovich  
Instituto Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Norte  
Ano 2003

TEMA: Os Ascendentes do Pte. JOÃO CAFÉ FILHO  
Natal/RN, 29 de março de 1989  
JOÃO BOSCO CAMPOS  
Sócio

É motivo de orgulho para mim tomar assento hoje nesta Casa da Memória, principalmente pela estatura dos que aqui estão e dos que já se foram. Não fosse o trabalho diligente de um Vicente Lemos, Tavares de Lira, Luis Fernandes, Nestor Lima, Câmara Cascudo e tantos outros que tiveram a consciência de reunir toda a documentação dispersa e tão necessária aos estudiosos da nossa cultura, seríamos hoje, um futuro sem passado.

É muito importante que novas gerações tomem conhecimento da importância da manutenção do acervo deste Instituto. Há quatro anos frequento sua sala de leitura e pesquisa, e pude observar que cerca de 50% das monografias de conclusão de curso, ou Teses de Mestrado e Doutorado realizadas no Rio Grande do Norte, tem-se utilizado do seu monumental acervo, sem gastar um níquel e muitas vezes sem prestar a esta Casa a mais singela homenagem, que é citar a fonte.

Aqui encontra-se um acervo de manuscritos do século XVII ao século XX; inúmeras coleções de jornais desde o século passado, obras raras como a primeira edição do Barléus de 1647, obra hoje raríssima em todo o mundo, principalmente por um incêndio ter destruído a metade desta primeira edição. Aqui o leitor atento encontrará dezenas de primeiras edições de obras clássicas do século XIX. Todas estas preciosidades carecem de apoio constante dos nossos governantes e homens que têm sob a sua direção os órgãos culturais deste Estado.

Os primeiros passos como pesquisador, dei pelas mãos de Inácio Magalhães de Sena; juntos vasculhamos arquivos paroquiais e cartoriais em busca de informações. Hoje como confrades da mesma Instituição agradeço de público as apresentações a párocos e tabeliões que pela confiança nele depositada, me fizeram também depositários da mesma confiança.

Ao Dr. Enélio Petrovich que personifica em sua pessoa, o próprio Instituto, num trabalho de aglutinação em torno desta Instituição, dos homens que fazem a cultura potiguar, contata, reúne, comemora, reedita, conserva, bate as portas de Gabinetes e Instituições em busca de recursos, parcos, para que esta Casa de Cultura possa manter-se como há quase um século, servindo a comunidade potiguar; o nosso agradecimento pela indicação.

A Olavo Medeiros, a quem conheci em 1985 em sua casa, quando lhe procurei e recebi vasta orientação sobre consulta às fontes primárias de pesquisa existentes nesta Casa, e cuja amizade solidificou-se. A troca de informações transformou-se em agradáveis serões de História, cuja seriedade do trabalho pôde acompanhar nestes últimos tempos, e que veio preencher a lacuna existente em nossa historiografia com a morte de Hélio Galvão e Câmara Cascudo e deste ocupa a vaga no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, receba Olavo o abraço afetoso do amigo e agora confrade, pela indicação e defesa do nosso nome.

É praxe que ao se tomar assento na mais antiga Instituição Cultural do Rio Grande do Norte se apresente um trabalho inédito sobre história ou geografia, não serei eu a quebrar esta tradição.

Desde garoto que a história me fascina, sempre que podia estar junto aos meus avós fazia mil perguntas, de onde tinham vindo, onde moravam. Procurei conhecer os lugares onde tinham morado ou de onde tinham vindo, razão de há quase dez anos ter iniciado uma pesquisa sobre a minha família, os Fernandes Campos, cujo trabalho está concluído e não publicado, ao qual dei o título de "Alferes Domingos João Campos, Senhor do Engenho Jundiáhi - História e Genealogia". Concluído este primeiro trabalho,

estamos concluindo outro sobre o antigo Senado da Câmara, em que traçamos um histórico de suas atividades e levantamos os Vereadores, Juizes Ordinários, Procuradores e demais membros que o constituíram de 1611 a 1823, traçando um perfil biográfico de seus 500 servidores neste período.

Escolhi então como tema para este primeiro contato, um dos ramos que constituem os Fernandes Campos Potiguares, isto é, os Fernandes Campos Café. A razão desta escolha merece uma explicação: João Café Filho, se vivo, teria completado 90 anos no dia 03 de fevereiro do presente ano. Tendo sido o único Potiguar a assumir a Presidência da República, nada mais justo que nesta sala onde convivem o passado, o presente e o futuro, se comemore o evento.

De João Café Filho, uns falam com rancor, outros lhe adoçam a boca, seria praticamente impossível que ao longo de sua trajetória de lutas tivesse cultivado apenas flores. Aficionado pelo futebol, foi ele o empreendedor da primeira partida interestadual em plagas Potiguares, assim também a primeira greve geral realizada em Natal, em que pararam todas as atividades produtivas. Jornalista sem medo, advogado provisionado de grande eloquência, orador vibrante, Chefe de Polícia, Deputado, Vice-Presidente e Presidente da República em período conturbado da nossa história.

Seu estilo de fazer política marcou profundamente as estruturas partidárias no Rio Grande do Norte, o poder das massas substituiu os conchavos políticos.

Não trazemos aos ouvintes um estudo crítico do Cafeísmo, não foi esse o nosso objetivo, apesar de sua atividade de há muito merecê-lo.

A minha homenagem em nome do Instituto Histórico aos seus 90 anos de nascimento, é feita divulgando em primeira mão suas origens familiares, desde o século XVII, origens estas desconhecidas pelo homenageado e pelos seus descendentes e colaterais até a presente data.

Para tanto procedemos exaustiva pesquisa nos arquivos paroquiais do Ceará-Mirim, Macaíba, São Gonçalo, Santa Cruz, São Paulo do Potengi e Natal, e cartórios de Natal e Ceará-Mirim, acervo do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte e Arquivo Distrital de Vizeu em Portugal.

As informações que vos trago são mais de cunho genealógico, e dentro desse contexto, aqueles que se dedicaram à vida deste Norte Riograndense, encontrarão informações que lhes permitirão fazer uma análise biográfica e psico-sociológica de suas raízes.

No dia 29 de abril de 1714, na Freguesia do Campo, da Cidade de Vizeu em Portugal, o Padre Cura João de Seixas batizava um menino, que recebeu na pia batismal o nome de Domingos, os pais Phelipe Francisco e Izabel Fernandes, cumpriam o ritual cristão de batizar os filhos nos primeiros dias de nascido.

Izabel era ainda jovem, faria 31 anos no dia 10 de julho, aquele menino tinha sido um presente aos seus dez anos de casamento que se completariam no dia 12 de junho que se aproximava.

Domingos e os irmãos João, Maria e Manoel tiveram o carinho dos avós paternos Antonio Simão e Izabel Paiz, os avós maternos Manoel Fernandes e Ana Fernandes já eram falecidos à data do seu nascimento.

Quando Domingos tinha 4 anos, falece o pai no dia 25 de agosto de 1718.

Izabel deve ter redobrado as energias para criar a sua família, não mais casou, passando 44 anos viúva. Os filhos devem ter frequentado a escola distrital, que lhes ia permitir participar dos empregos da época.

Domingos sonhava em fazer a América, tão rica em terras e tão necessitada de homens. Portugal vivia o esbanjamento de Dom João V, o país apresentava uma arquitetura opulenta e um povo pobre.

Repazinho, Domingos apronta seus utensílios, está resolvido: vai para o Brasil, possivelmente acompanhando ou recomendado a algum patricio no Rio Grande do Norte.

Em 1734, o encontramos trabalhando em terras Potiguares, como ajudante de Demarcador de Terras. Em 1738, lhe é passada Provisão de Meirinho do Mar e Execuções da Fazenda Real. Em 1739 adota o nome da Freguezia de onde viera, passando então a chamar-se Domingos João Campos.

Em Natal, enamora-se da jovem Rosa Maria de Mendonça, que contava cerca de 18 anos, e que havia sido criada pelo casal Hilário de Castro Rocha e sua esposa Maria Magdalena de Mendonça, moradores em sua sesmaria no Jundiahi, onde está localizada a Escola Agrícola do mesmo nome.

Resolvem casar tão logo terminem as festas da Padroeira daquele ano de 1745, os banhos já haviam corrido na Matriz e na Capela do Jundiahi. No dia 25 de novembro, manhã cedo a casa já está pronta para receber os convidados e amigos. Na cozinha as mucambas cuidam do almoço. De Natal, tinha ido o Coadjutor da Matriz, o Padre João Gomes Freire, oficiante do casamento e as testemunhas, o Capitão-Mór Governador da Capitania Francisco Xavier de Miranda Henriques e o Provedor da Fazenda Real Ignácio Souza Branco. O casamento foi realizado na Capela do Engenho Jun-

diahí, da invocação de Nossa Senhora da Conceição, na manhã daquele dia.

Domingos teve participação ativa na província emergente, grande Demarcador de Terras, conhecemos documentação de 4 viagens feitas à região do Seridó e uma ao atual município de Alexandria para demarcação de antigas sesmarias e várias em torno da Capital. Vereador por três vezes, sendo que na última delas em 1775, governa interinamente a Capitania; por ser o vereador mais velho, foi ainda Juiz Ordinário, Arrematador de Contratos e Senhor do Engenho Jundiahí, em 1760 lhe foi conferida a Patente de Alferes.

Teve dez filhos, nove homens e uma mulher, dos quais 8 chegaram à vida adulta e sete constituíram família, faleceu Domingos entre os anos de 1794 e 1797, ano do falecimento de sua esposa.

Dos filhos do casal, Manoel Fernandes Campos foi o terceiro filho, a ele coube ser o testamenteiro dos bens deixados quando do falecimento dos seus pais. Manoel foi batizado no Jundiahí no dia 22 de julho de 1749, por duas vezes foi eleito vereador em Natal, ainda moço foi Sargento-Mór, morava na sua propriedade no lugar Socavão, próximo ao Jundiahí, onde era grande produtor de farinha. Por motivos que não sabemos explicar por falta de documentação, Manoel nunca casou, porém constituiu família com a jovem Mariana da Costa, filha de Antonio Melo de Oliveira e Clara Rabelo Vieira, de origem cearense.

Manoel teve vários filhos, entre estes destacamos Lourenço Fernandes Campos, cujo nome é uma homenagem a um tio paterno falecido solteiro. Lourenço casou no dia 7 de abril de 1830, às oito e trinta da manhã na Matriz do Natal com a jovem

Josefa Thereza das Virgens, filha do casal Manoel Inácio Barbosa e Florência Maria de Nazaré. Deste Lourenço poucas informações conhecemos, do casal encontramos o registro de apenas um filho que chamou-se Lourenço Fernandes Campos Junior, casado no dia 8 de maio de 1851, com Feliciano Joaquina Rangel, filha do casal Boaventura Dias de Sá e Felícia Joaquina Rangel, casamento este oficiado pelo padre Bartolomeu da Rocha Fagundes.

Lourenço Fernandes Campos Junior, que posteriormente trocou o Junior pelo Café, sobrenome que se deve ao fato de ter ele plantado Café em uma sua propriedade, desfrutou de prestígio na sociedade natalense. Encontramo-lo apadrinhando grande número de afilhados, principalmente na Capela de Cana Brava em Macaíba. Em reunião realizada na casa de Moreira Brandão no dia 14 de abril de 1861, teve o seu nome indicado para concorrer à Câmara de Vereadores do Natal, pelo Partido Liberal. Em 1870 compra terras no Ceará-Mirim, entre Guagiru e Massaranduba, onde constrói casa de morada, casa de farinha e engenho de açúcar, propriedade esta que teve o nome de Engenho São Miguel.

Do casal Lourenço Fernandes Campos Café e Feliciano Joaquina Rangel, não localizamos descendência.

Teve porém Lourenço vários filhos com Felismínia Carolina de Moura Soares, não sabemos precisar a falta de informações, se na constância do seu casamento ou viúvo, fato é que Lourenço não casou com Felismínia, pois os registros paroquiais dão os filhos como naturais. Desta relação, localizamos cinco filhos, Joaquim Fernandes Campos Café, casado em 1888, com Maria Soares Leite e cuja assinatura consta da Ata da Proclamação da República em Natal. Tertuliano Fernandes Campos Café, que residia em Macaíba e foi casado com Dona Francisca Gomes da Silva, José Joaquim de

Moura Café que residia em Natal, casado com Dona Maria Amélia Cordeiro, Enéas Fernandes Campos Café, casado em Natal e que ainda moço foi residir no Estado do Pará e por último João Fernandes Campos Café, de quem daremos maiores informações.

João Fernandes Campos Café nasceu no dia 16 de abril de 1865, casou uma primeira vez em data que desconhecemos, de cujo casamento não houve descendência, casou segunda vez com uma sobrinha da primeira esposa em torno do ano de 1895. Sua segunda esposa chamava-se Florência Amélia Campos Café, nascida no dia 19 de novembro de 1877 e falecida no dia 14 de agosto de 1944.

João Fernandes Campos Café foi Administrador da Fazenda Jundiakí, posteriormente funcionário público, por nomeação do Ministro Tavares de Lira, tendo sido por muitos anos Encarregado do Serviço de Fiscalização de Rendas no Bairro da Ribeira, homem de temperamento forte, hoje seria chamado de radical, mas seu temperamento é compatível com a época em que viveu, discordando da instalação de bondes em Natal, que achava um desperdício, afirmou que jamais andaria em um deles, fazia o percurso de sua casa no sítio Barro Vermelho até a Ribeira a pé.

Pertenceu aos quadros da Maçonaria em Natal, tendo alcançado os últimos graus, membro ativo da Igreja Presbiteriana, discordando da condução da mesma, fundou com outros dissidentes a Igreja Presbiteriana Independente, cuja instalação se deu no dia 23 de abril de 1911, Igreja que funciona até hoje na Rua João Pessoa, local de sua fundação.

Tendo sido transferido para Pau dos Ferros, foi acometido de uma trombose, vindo a falecer em Natal no dia 29 de julho de 1931.

Teve João Fernandes Campos Café e sua esposa Florência

Amélia Campos Café, primeiramente os filhos Maria e Luiz que faleceram com poucos dias de nascidos, João, de quem nos ocuparemos mais à frente, Alice Fernandes Café, Alzira Fernandes Café e Jessé Fernandes Café.

João nasceu no dia 03 de fevereiro de 1899, às três e meia da manhã, na rua do Triunfo nº 22, hoje 15 de novembro, no bairro da Ribeira.

Foi registrado no dia 09 do mesmo mês, no Cartório do Registro Civil, apenas com o nome de João. Em 1933, quando já contava 34 anos, em petição ao Juiz da Segunda Vara, Dr. Régulo da Fonseca Tinoco é que adota o nome do pai, suprimindo no entanto o Fernandes Campos.

João Café Filho fez os primeiros estudos nas Escolas Particulares das professoras Amália Benevides, Edilbertina Ataíde e Áurea Magalhães, estudou ainda no Colégio Americano, à época o melhor de Natal, Grupo Escolar Augusto Severo, Escola Normal e Atheneu Norte-Riograndense.

Foi para Recife estudar na Academia de Ciências Jurídicas e Comerciais, onde não concluiu o curso.

Dos ancestrais herdou o gosto pela política, seu pai apesar de não ter ocupado cargos eletivos era partidário e participante político, seu avô era do Partido Liberal e já havia sido indicado para a Câmara de Vereadores, seu terceiro e quarto avôs, como já vimos, foram por cinco vezes eleitos vereadores, afóra alguns colaterais.

Nomeado Inspetor do Trabalho do Distrito Federal, exerceu o cargo de agosto de 1933 a julho de 1934, quando demitiu-se para concorrer à Deputação Federal pelo Rio Grande do Norte, onde foi eleito. Já havia sido Chefe de Polícia em 1930.

Em 11 de novembro de 1935 funda com outros parlamentares o Grupo Parlamentar Pró-Liberdade Popular.

Com a crise política de 1937, teve na iminência de ser preso devido a oposição que fazia, repetia-se em parte fatos acontecidos anos antes em Natal, asila-se na Embaixada da Argentina e dela segue para Córdoba, onde fica até o dia 3 de maio de 1938. No dia em que asilou-se na Embaixada da Argentina teve sua residência cercada por forte aparato policial, tendo conseguido furar o cerco devido a fortes chuvas que caíram à noite.

De maio de 1938 a março de 1945 dedica-se à iniciativa privada, dirigindo uma Empresa de Transportes Rodoviários.

Em 1945 juntamente com Adhemar de Barros e outros políticos, funda o P.S.P., o qual na eleição de 02 de dezembro de 1945, consegue eleger apenas dois Deputados Federais, João Café Filho, pelo Rio Grande do Norte e Campos Vergal, por São Paulo. Nesta eleição é o segundo mais votado com 11.239 votos, sendo suplantado por José Augusto com 11.348 votos, foi constituinte ao lado de Getúlio Vargas, com participação ativa na elaboração da Carta Magna.

Em 1950 concorre concomitantemente à Câmara dos Deputados e à Vice-Presidência, cuja eleição foi em separado da de Presidente, vence as duas e faz opção pela Vice-Presidência, tendo sido eleito com 2.520.790 votos, para Deputado obteve 19.495 votos, sendo até aquela data o mais votado na história política potiguar.

Com o suicídio de Getúlio Vargas, assume a Presidência da República na manhã do dia 24 de agosto de 1954 e governa até o dia 09 de novembro de 1955, quando se licencia para tratamento de saúde e por injunções políticas e militares não voltou a

reassumir o cargo.

Afasta-se da vida pública até 1960, quando é nomeado para o Tribunal de Contas da Guanabara.

Foi casado com a Srtª Jandira Carvalho de Oliveira, nascida no dia 17 de setembro de 1904, cujas raízes familiares estavam intimamente ligadas à política potiguar, era filha do Inspetor da Alfândega em Natal, Ovídio Fernandes de Oliveira e Joana Hercília Carvalho de Oliveira, falecida no dia 28/07/89

João Café Filho viria a falecer no Rio de Janeiro, onde foi sepultado, no dia 20 de fevereiro de 1977, aos 73 anos de idade.

Finda aqui esta crônica, em que em nome do Instituto Histórico, resgato antigas sementes de Café, que adicionadas aos Fernandes Campos, no fértil solo do Engenho São Miguel do Guajiru, fez germinar João Café Filho.

**Doação de Enélio Lima Petrovich  
ao Instituto Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Norte. 2003**

**JOÃO BÔSCO CAMPOS**  
RUA IND. JOÃO MOTA Nº 1560  
CAPIM MACIO — CEP 59.080  
NATAL - RN — ☎ 231-6607

**Biblioteca Enélio Lima Petrovich**  
Instituto Histórico e Geográfico  
do Rio Grande do Norte  
Ago 2003